



EDIÇÃO 216 JANEIRO 2020

**DECISÃO**

Associações  
reprovam  
adoção de 'Juiz  
de Garantias'

PÁGINA 4

Novos fóruns  
valorizam  
condições de  
trabalho

PÁGINA 5

Diretoria  
amplia  
arrecadação  
com colônia

PÁGINA 13



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram  
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

# Planalto apoia ADI da AMB contra Lei da Impunidade

O presidente da República, Jair Bolsonaro, enviou, no dia 11 de dezembro, por meio da Advocacia Geral da União manifestação nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela AMB, com apoio da

Amagis e Associações estaduais de magistrados, contestando a Lei da Impunidade. No documento, Bolsonaro expressa concordância com o questionamento sobre quatro artigos da Lei 13.869/2019. **PÁGINA 3**

# Comunicação é desafio do Poder Judiciário em 2020

LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ



Dias Toffoli, presidente do STF, durante encontro de comunicação do CNJ

Durante dois dias, 5 e 6 de dezembro, o CNJ promoveu, em Brasília, o III Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário, com a presença magistrados e assessores de imprensa de Tribunais e Associações de classe, para debater e avaliar melhorias na comunicação entre o Judiciário e a sociedade. **PÁGINAS 6 A 8**

**+SAÚDE!**

AMAGIS ATENDE 160 ASSOCIADOS POR  
MÊS EM SEU AMBULATÓRIO

PÁGINA 22

# 2020 SERÁ A REAFIRMAÇÃO DE NOSSA HISTÓRIA

POR ALBERTO DINIZ\*

**“Em 2020, completaremos 65 anos de uma vitoriosa construção na defesa e valorização da Magistratura, lição da qual jamais nos afastaremos”**

2019 foi um ano muito intenso no qual investimos todas as nossas forças em Brasília, em favor da defesa intransigente dos direitos e prerrogativas da Magistratura. Vitórias e derrotas andaram lado a lado, mas não nos abateram, em nenhum momento, na determinação e cumprimento de nossa vocação original.

As adversidades e retaliações são proporcionais ao crescente protagonismo do Judiciário e da Magistratura, gerando incompreensões como foi no caso da aprovação da Lei de Abuso de Autoridade, a “lei da impunidade”.

Como essa, foram várias as batalhas enfrentadas - e as que virão neste ano - no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. Nossa estratégia de atuação será mantida por meio do diálogo entre os Poderes, no aprimoramento do Judiciário e na valorização da Magistratura. Por serem bandeiras intransferíveis e inarredáveis, jamais abriremos mão desses desafios.

Nossa trajetória exitosa não foi construída em um dia. Em

2020, completaremos 65 anos de uma vitoriosa construção na defesa e valorização da Magistratura. Por essa razão, neste ano, iremos intensificar uma outra frente de atuação para que as demais sejam revitalizadas e sustentáveis, por meio do fortalecimento do associativismo, da integração da Magistratura, do interior com a capital, de ativos com aposentados e pensionistas.

Essa sempre foi a fortaleza que nos trouxe até aqui, acumulando conquistas históricas, entre elas a autonomia do Judiciário. São avanços consagrados na Constituição, que, ao final, são proteção da própria sociedade, garantindo que a jurisdição seja prestada de forma independente e imparcial.

A história de nossa querida Amagis, de unidade e integração do interior com a capital, nos anos 70, foi a primeira lição da qual nunca esqueceremos ou dela afastaremos.

A partir de março deste ano, vamos revigorar a gestão itinerante da Amagis por meio de nossas Seccionais. Buscaremos fortalecer, integrar e, principalmente, ouvir cada associado espalhado pelas comarcas mineiras e fortalecer nossa atuação, atualizando o conhecimento sobre os anseios e expectativas de cada um e de cada região.

A experiência de 2019 nos deixou mais organizados e fortalecidos para este ano. Estamos preparados para os desafios. Em nome de toda a diretoria da Associação, desejo a todos que façamos um 2020 de realizações e conquistas.●

[\*] Presidente da Amagis

## ÍNDICE



- Planalto pede retirada de dispositivos da Lei 13.869 **PÁG 03**
- Associações reprovam ‘Juiz de Garantias’ **PÁG 04**
- Cruzília ganha novo fórum **PÁG 05**
- Judiciário quer melhorar a comunicação com a sociedade **PÁG 06**
- Judiciário inspira alta confiança nos brasileiros **PÁG 08**
- Renata Gil reafirma defesa das prerrogativas da classe **PÁG 09**
- Apac feminina é avanço na recuperação de condenadas **PÁG 10**
- Amagis lança campanha de apoio ao Nutris **PÁG 11**
- Parque Esportivo é opção de lazer para as férias **PÁG 12**
- Caldas Novas tem alta de 55% na ocupação com uso do Airbnb **PÁG 13**

- STF elogia medidas do TJ em Brumadinho e Mariana **PÁG 14**
- Betim ganha nova vara **PÁG 15**
- CNJ homenageia vice da Amagis **PÁG 17**
- Entrevista: Luís Fernando de Oliveira **PÁG 18**

## SAÚDE!

- Janeiro também é mês de check-up **PÁG 23**
- Amagis Saúde tem ano positivo **PÁG 24**

### PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

#### Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

#### Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

#### Vice-presidente dos

#### Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

#### Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

#### Vice-presidente

#### Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

#### Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

#### Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

#### Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br - [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·  
Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

#### Diagramação:

Publicare Design

#### Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Planalto pede retirada de dispositivos da Lei 13.869

## Presidente fez manifestação nos autos de ADI movida pela AMB

**Por meio da Advocacia-Geral da União, o presidente da República, Jair Bolsonaro, enviou ao STF, no dia 11 de dezembro, sua manifestação nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.236 ajuizada pela AMB, com o apoio da Amagis e Associações estaduais de magistrados. O Governo concorda com o questionamento das instituições com relação aos artigos 9º, 20º, 30º, 32º e 43º, da Lei 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos.**

O presidente defendeu o acolhimento da pretensão autoral, isto é, que seja proferida decisão monocrática cautelar suspendendo esses dispositivos. Para a AGU, os artigos contrariam o interesse públi-

co e geram insegurança jurídica. Os dispositivos são alguns dos 18 que foram vetados pelo presidente, que, depois, foram derrubados pelo Congresso Nacional em setembro.

### PETIÇÃO

Em petição do dia 10 de dezembro, a AMB requereu ao ministro Celso de Mello, do STF, que seja proferida decisão monocrática cautelar, para referendo posterior do Plenário, antes do fim do recesso do Judiciário. O pedido foi protocolizado diante da excepcionalidade da situação, uma vez que a vacatio legis da norma impugnada terminará no dia 31 de dezembro, quando os magistrados passarão a estar submetidos à nova legislação tida por inconstitucional.

No dia 28 de novembro,

ISAC NÓBREGA/PR



Presidente Jair Bolsonaro

o ministro Celso de Mello, do STF, publicou decisão na qual considerou urgente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.236, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela AMB. Na ação, a Associação pede a declaração de inconstitucionalidade dos seguintes

dispositivos: dos artigos 9º, parágrafo único, I, II, III, art. 10, art. 19, art. 20, art. 27 e seu parágrafo único, art. 30, art. 32, art. 33, art. 36, 37 e art. 43, da Lei nº 13.869/2019, com efeito ex tunc.●

\*Com informações da AMB

# AMB questiona norma do CNJ sobre limitação nas redes sociais

## Associações consideram ato normativo inconstitucional

**Em mais uma ação pela defesa das prerrogativas da Magistratura, a AMB, com o apoio da Amagis e Associações estaduais de magistrados, ajuizou, no dia 19 de dezembro, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), no STF, com pedido de medida cautelar. O alvo dessa vez é a Resolução 305/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais por membros**

**do Poder Judiciário.**

Na ação, a AMB apontou inconstitucionalidades do ponto de vista material e formal na Resolução, uma vez que ela estabelece vedações de condutas não previstas na Constituição Federal ou na Lei Orgânica da Magistratura (Loman). A AMB argumentou ainda que resolução do CNJ impede a garantia da livre manifestação de pensamento prevista no inciso IV, do art. 5º, da Constituição.

O relator da ADI ajuizada pela AMB é o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

### AMAGIS

Em nota publicada no dia 18 de dezembro, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, classificou a medida do CNJ como desnecessária uma vez que as diretrizes sobre a conduta dos magistrados já estão definidas na Loman, no Código de Ética da Magistratu-

ra Nacional e nos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial. Alberto Diniz afirmou ainda que a resolução permite a censura prévia à atuação dos magistrados e traz risco de supressão ao direito de livre manifestação de opinião. "Eventuais excessos devem ser investigados pelo caminho da jurisprudência, com a apuração da responsabilidade de acordo com as garantias constitucionais vigentes".●

# Associações reprovam 'Juiz de Garantias'

## Amagis e AMB defendem veto de figura criada na Lei 13.964

**Em apoio à AMB, a Amagis repercutiu, no dia 26 de dezembro, nota pública na qual a Associação nacional reprova a criação da figura do 'Juiz de Garantias' na Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, conhecida como Lei do Pacote Anticrime.**

Para o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a nova norma viola pacto federativo e a autonomia dos Tribunais. Ele afirmou ainda que a Associação apoiará AMB contra as inconstitucionalidades na Lei nº 13.964.

Conforme a nova lei, cada processo penal deve ser acompanhado por dois juízes: um dedicado à fase de investigação e outro, ao processo judicial. Portanto, caberá ao 'juiz de garantias' a condução do

processo e decisões como mandados de busca e de prisão preventiva.

Ao manifestarem o pedido de veto na Lei nº 13.964, do dispositivo referente ao 'Juiz de Garantias', as Associações demonstraram preocupação com o potencial prejuízo à efetividade da jurisdição penal e com os custos de implementação e operacionalização desse novo instituto.

As Associações afirmam ainda que a criação e provimentos de mais cargos na Magistratura, conforme determina a nova lei para a implementação do instituto 'juiz de garantias', não pode ser feito em trinta dias de acordo com o prazo da entrada em vigor da norma.

"A instituição do 'juiz de garantias'

demandará o provimento de, ao menos, mais um cargo de magistrado para cada comarca — isso pressupondo que um único magistrado seria suficiente para conduzir todas as investigações criminais afetas à competência daquela unidade judiciária, o que impacta de forma muito negativa todos os tribunais do País, estaduais e federais", afirmou no texto a presidente da AMB, juíza Renta Gil.

Por meio da Nota Técnica nº 10, de 17 de agosto de 2010, o CNJ já havia apontado a impossibilidade operacional de implantação do 'juiz de garantias'. A AMB deverá recorrer ao STF para questionar as inconstitucionalidades existentes na Lei nº 13.964. ●

# Amagis repudia campanha difamatória contra magistrados

## Presidente criticou ações contrárias à Constituição Federal

**A Amagis divulgou, nos dias 16 e 21 de dezembro, notas públicas nas quais repudia campanhas difamatórias contra a atuação independente de magistrados mineiros.**

No primeiro documento, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, denunciou que a campanha feita contra o desembargador Alexandre Victor de Carvalho, vice-presidente TRE-MG, por setores da imprensa, é feita de forma sistemática e a conta-gotas, por meio de supostas gravações que seriam material integrante de processo que tramitaria sob sigredo de Justiça, caracterizando vazamentos criminosos.

Já na segunda nota, o presidente da Amagis saiu em defesa da juíza Andréa Miranda, titular da 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte, reconhecida na Magistratura mineira por sua ação destemida no enfrentamento ao crime organizado. Alberto Diniz ressaltou ainda que a juíza tem uma carreira impecável construída ao longo de 22 anos, pautada pela defesa da sociedade e democracia.

Em ambas as notas, a diretoria da Associação ressaltou a importância de que seja respeitada a Constituição e o devido processo legal, que garantem a todos o amplo direito de defesa. ●



Notas de repúdio da Amagis

# Cruzília ganha novo fórum

## Inauguração faz parte das ações de valorização da classe

**O TJMG inaugurou, no dia 5 de dezembro, o novo fórum da Comarca de Cruzília (Sul do Estado). A entrega de novas edificações do Judiciário à sociedade, conforme destacou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, é também uma forma de promover melhorias nas condições de trabalho dos magistrados de 1ª instância.**

Para Alberto Diniz, que participou da cerimônia ao lado do governador de Minas, Romeu Zema, e do presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, a entrega do novo fórum demonstra a harmonia e a união vivenciadas entre os Três Poderes em Minas Gerais.

“É isso o que o cidadão merece e precisa. Com a política de valorização da 1ª instância priorizada na gestão do presidente Nelson Missias, ganham os cidadãos e os operadores do Direito, que terão uma infraestrutura capaz de oferecer à população uma prestação jurisdicional que atenda aos seus anseios”, afirmou o presidente Alberto Diniz.

Com 46 obras de construção e ampliação de fóruns em andamento, ou perto de serem concluídas, o presidente do TJMG disse que, ainda no primeiro semestre deste ano, o Tribunal dará início a dezenas de obras.

ROBERT LEAL/TJMG



**Romeu Zema, Nelson Missias, Alberto Diniz e magistrados na instalação do fórum**

Nelson Missias afirmou que a meta da atual gestão, de melhorar a infraestrutura das comarcas cujos fóruns estavam em condições precárias, será cumprida. “As novas instalações são fundamentais para agilização dos trabalhos do Judiciário. Representam, ainda, uma forma de demonstrar respeito pelo cidadão”, disse.

Para o governador Romeu Zema, que elogiou a iniciativa do TJMG de renovar as sedes das comarcas mineiras a fim de desafogar o Judiciário mineiro, o investimento nos fóruns justifica-se pela importância de se promover melhorias na pres-

tação jurisdicional.

Segundo o diretor do foro da Comarca de Cruzília, juiz Fábio Garcia Macedo Filho, as antigas instalações eram insuficientes para atender aos jurisdicionados. “A nova estrutura administrativa e operacional irá proporcionar não só melhores condições de trabalho, mas também um espaço agradável para o cidadão buscar, no Poder Judiciário, a solução de conflitos”, comentou. Na ocasião, o desembargador aposentado Celso Maciel Pereira, que é natural de Cruzília, foi homenageado.●

*\*Com informações do TJMG*

# AMB atualiza cartilha sobre a reforma da Previdência

## Associações foram ao STF contra mudanças na legislação

**A fim de orientar os magistrados sobre os impactos da nova Previdência, a AMB lançou, em dezembro, versão atualizada da Cartilha da Previdência da Magistratura.**

O documento teve a consultoria técnica da advogada e professora de Direito Previdenciário, Claudia Salles Villela Vianna. O material aborda questões como a seguridade social e seus benefícios, qual legislação deve ser observada para os magistrados, contribuições previdenciárias, benefícios, períodos que podem ser computados para a aposentadoria, entre outros.

Ao mesmo tempo em que busca orientar a Magistra-

tura sobre seus direitos, a AMB, com o apoio da Amagis e demais Associações de magistrados, ingressou com Ação Indireta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, questionando dispositivos da Lei da Reforma da Previdência.

A Amagis, por sua vez, paralelamente à atuação no Congresso Nacional, em Brasília, tem publicado no jornal DECI-SÃO uma série de perguntas e respostas sobre as alterações da Previdência, resultado da consultoria disponibilizada pela Associação aos magistrados mineiros, com o advogado Marcelo Barroso, do escritório de advocacia Brito Campos.●

# Judiciário quer melhorar a comunicação com a sociedade

## CNJ promoveu debate sobre comunicação mais eficiente

LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ



*Para o jornalista Heraldo Pereira, o trabalho das assessorias de comunicação do Judiciário é fundamental*

**Durante dois dias, assessores de comunicação de Tribunais e Associações de magistrados debateram os principais temas ligados à comunicação das entidades no III Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O gerente de Comunicação da Amagis, jornalista Bruno Gontijo, participou do encontro, que aconteceu em Brasília, entre os dias 5 e 6 de dezembro.**

Na abertura do evento, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, destacou o papel fundamental da comunicação na relação com a sociedade. “Temos de nos comunicar mais e melhor, interna e externamente. Essa é a principal missão dos encontros de comunicação: pensar como assumir a posição de conhecer melhor a nós mesmos e não mais replicarmos o senso comum”, afirmou o ministro.

Para o presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, o momento pelo qual passa o País requer ainda mais atenção ao tema da comunicação. “Sabemos que o Poder Judiciário está cada vez mais sobrecarregado de demandas e processos e isso repercute na imprensa, principalmente nas redes sociais, o que requer enorme cuidado das assessorias de comunicação so-

cial dos órgãos da Justiça, ainda mais nesse momento que o Brasil enfrenta uma batalha contra as chamadas fake news”, disse o ministro Noronha.

Uma das medidas já implementadas no encontro foi a edição de uma portaria que atualiza a composição e as atribuições do Comitê de Comunicação Social do Poder Judiciário. O ato foi formalizado pelo ministro Dias Toffoli durante a abertura do evento. As atribuições do comitê abrangem a análise das ações de propaganda dos tribunais, identificação e disseminação de boas práticas na área, capacitação de pessoal e acompanhamento da aplicação da política de comunicação instituída pela Resolução CNJ nº 85, de 2009.

## INTEGRAÇÃO

Para auxiliar na integração entre Tribunais, Associações e demais instituições do Judiciário, foi lançada a Plataforma de Comunicação Integrada do Poder Judiciário criada pelo CNJ. O sistema permitirá o compartilhamento de ideias, projetos, ações, matérias, imagens, vídeos e todo tipo de informação relevante para a comunicação do Judiciário. “A proposta é otimizar o trabalho dos comunicadores dos tribunais dos cinco ramos de Justi-

ça com uma ferramenta que seja, ao mesmo tempo ágil, colaborativa e com baixo custo”, afirmou o secretário de Comunicação do CNJ, Rodrigo Farhat. Durante o mês de janeiro, cinco representantes de tribunais testarão o sistema, que deve começar a funcionar 100% em fevereiro.

## IMPRENSA

A palestra de abertura do encontro foi realizada pelo jornalista Heraldo Pereira, da TV Globo, que, além de jornalista, é bacharel e mestre em Direito pela UNB. Pereira destacou que o trabalho realizado pelas assessorias de comunicação, de mediação entre a imprensa e o Poder Judiciário, é fundamental. O jornalista fez críticas ao hermetismo da Justiça, não só com o que se chama de juridiquês, mas também sobre a transparência nos Tribunais em todas as instâncias.

As notícias falsas também foram temas de discussão no encontro. O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Fioreze, apresentou a atuação do TSE no combate às fake News. Para o magistrado, a disseminação da desinformação traz riscos não apenas à política, mas também à imagem e à própria atuação das

instituições em geral. “Isso nos traz a óbvia conclusão de que nós precisamos buscar, como solução, ações que resultem na participação ampla, de iniciativa dos diversos atores sociais. Nós temos aqui um fenômeno cuja solução envolve uma responsabilidade difusa e cujos meios e soluções são de curto, médio e longo prazos”, pontuou o juiz auxiliar.

O Programa de Enfrentamento à Desinformação do TSE foi instituído em agosto deste ano com foco nas eleições 2020. O objetivo é combater os efeitos negativos provocados pela desinformação no processo eleitoral brasileiro. Atualmente, a iniciativa conta com 45 instituições parceiras, entre partidos políticos e entidades públicas e privadas que buscam fortalecer a segurança da informação na internet.

O cientista político Antônio Lavareda participou do encontro e apresentou os resultados do Estudo sobre a Imagem do Poder Judiciário Brasileiro, encomendado pela AMB e realizado pela FGV-Rio. O Judiciário é o Poder mais bem avaliado pelos brasileiros de acordo com o estudo. 33% dos brasileiros consideraram que o Judiciário é o Poder da República que melhor cumpre o seu papel institucional. Além disso, dos entrevistados, 47% disseram que o Judiciário contribui para a manutenção, consolidação e aprimoramento da democracia.

“Há uma percepção clara de que o Poder Judiciário é importante para a democracia, essencial para o regime democrático”, avaliou o especialista. Ele destacou também um outro dado que avalia a satisfação da sociedade com os serviços judiciários. Conforme o estudo, 71% da sociedade estão satisfeitos com o funcionamento geral da Justiça e do tribunal; 69% aprovam o comportamento dos juízes; 64% avaliaram positivamente a imparcialidade na análise e julgamento dos casos; e 64%

CNJ

aprovam a solução dos casos. *Leia mais sobre o estudo na página seguinte.*

## AMAGIS

Na Amagis, o trabalho de comunicação é permanente e abrange, além da comunicação com os próprios associados, também o contato com a sociedade, a fim de mostrar pautas positivas sobre o trabalho dos magistrados. Essa atuação envolve a assessoria de imprensa, de modo a mostrar o lado do Judiciário sobre diversos temas que estão na pauta da mídia nacional, e também a produção e conteúdos próprios para divulgação, sobretudo, nas redes sociais de modo a ampliar o alcance.

Por meio de sua Assessoria de Comunicação, tem produzido uma série de reportagens, entrevistas e matérias especiais, com o objetivo de valorizar o trabalho da Magistratura mineira. Segundo o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a divulgação dessas matérias é uma forma de demonstrar para a população a relevância social do trabalho da Magistratura e o seu impacto na vida dos cidadãos.

A diretora de Comunicação da Amagis, juíza Cristiana Martins Gualberto, também destacou a importância da comunicação. “O Judiciário é o Poder mais bem avaliado pela população, mas ainda assim há muita crítica, fruto, em grande parte, do desconhecimento do nosso trabalho. É preciso que o Judiciário se abra à população. A divulgação de boas práticas é importante nesse processo”, afirmou a diretora.

Para realizar este trabalho, a Amagis conta sempre com a colaboração dos magistrados. Envie sugestão de práticas, notícias e temas a serem abordados para imprensa@amagis.com.br ou pelo WhatsApp (31) 99881-4367.●

**“Temos de nos comunicar mais e melhor, interna e externamente”**

Ministro Dias Toffoli  
Presidente do STF

**“Há uma percepção clara de que o Poder Judiciário é importante para a democracia, essencial para o regime democrático”**

Antônio Lavareda  
Cientista político

**“A proposta é otimizar o trabalho dos comunicadores dos tribunais dos cinco ramos de Justiça”**

Rodrigo Farhat  
Secretário de comunicação do CNJ

**“Nós temos aqui um fenômeno (Fake News) cuja solução envolve uma responsabilidade difusa”**

Ricardo Fioreze  
Juiz auxiliar da Presidência do TSE



Rodrigo Farhat, Secretário de Comunicação do CNJ

# Judiciário inspira alta confiança nos brasileiros

Pesquisa da AMB com o CNJ indica credibilidade da Justiça

POR TIAGO PARRELA

**Resultado de estudo recente feito pelo cientista político Antônio Lavareda, a pedido da AMB e em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), demonstra que o Poder Judiciário, com 52% de aprovação, é aquele, entre os Poderes da República, o que inspira mais confiança nos brasileiros.**

Outra avaliação da pesquisa é que 33% da sociedade consideram a atuação do Judiciário como o poder que melhor cumpre o seu papel. Já 45% acreditam que o Judiciário tem tido atuações em questão que seriam de responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo, desempenhando algumas funções que não são suas. E 64% dos entrevistados não são favoráveis à indicação dos ministros do STF pelo presidente da República.

Segundo o levantamento, a maior contribuição do Judiciário para o País é o combate à corrupção (49%) e à violência (47%). Na opinião de 83%, o Poder Judiciário é muito importante ou impor-

tante para a democracia.

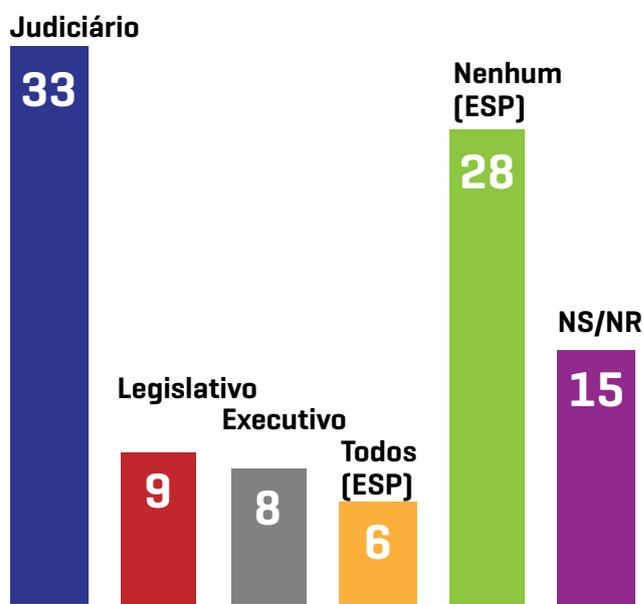
Outro dado relevante é o de que o Judiciário recebe uma avaliação positiva a partir do momento em que o cidadão usa os serviços da Justiça. Os principais motivos pelos quais as pessoas acionam a Justiça são: 54% para garantir o cumprimento de deveres previstos na legislação; 52% contra violações ao direito do consumidor; 42% por omissão na administração pública na prestação de serviços públicos; e 21% em questões tributárias.

A pesquisa apresenta que 59% das pessoas acreditam que vale a pena recorrer ao Judiciário. Já 64% avaliam que as razões que desestimulam é a morosidade e o excesso de burocracia e 28% avaliam que ela só favorece os mais ricos e poderosos.

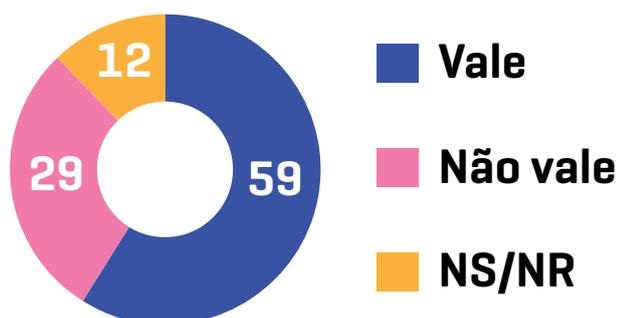
A pesquisa foi divulgada durante o III Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário, em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro. O estudo foi realizado em agosto de 2018 e ouviu mais de 2,5 mil pessoas, entre advogados, defensores públicos e cidadãos. ●

FORNTE: FGV/AMB

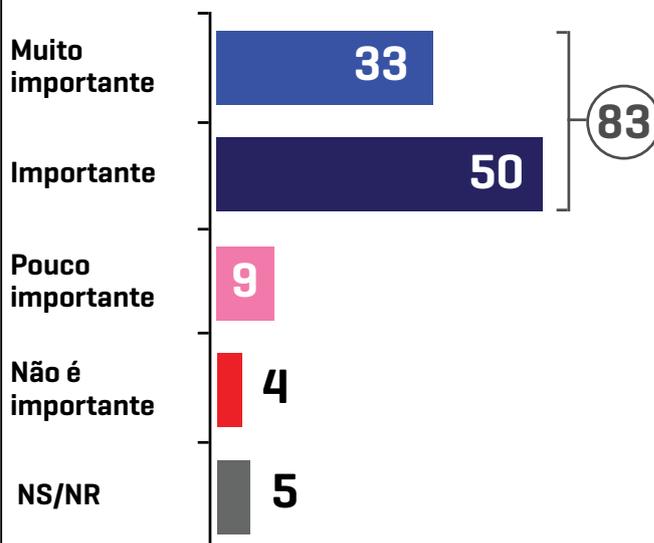
## PODER QUE CUMPRE MELHOR O SEU PAPEL [%]



## VALE A PENA RECORRER À JUSTIÇA? [%]



## IMPORTÂNCIA DO JUDICIÁRIO PARA A DEMOCRACIA [%]



# Renata Gil reafirma defesa das prerrogativas da classe

## Rosimere Couto é vice-presidente de Assuntos Jurídicos

**Com críticas à 'Lei da Impunidade' e com o compromisso da defesa das prerrogativas da Magistratura, a juíza Renata Gil tomou posse na AMB, no dia 11 de dezembro, tornando-se a primeira mulher a presidir a Associação nacional.**

Em seu discurso, Renata Gil fez um breve histórico da atuação da AMB ao longo dos 70 anos da entidade, marcados por fatos como a efervescência política dos anos 60, o Golpe de Estado e o militarismo, a redemocratização no final da década de 1980 e os planos econômicos.

A magistrada destacou a atuação da Associação na Constituinte de 1988, contribuindo, por exemplo, para garantir, no texto constitucional, a autonomia dos Judiciários estaduais em relação ao executivo. "As prerrogativas da Magistratura inseridas no artigo 95 da Constituição da República estampam a preocupação do legislador constituinte com a independência judicial, ao estabelecer a vitaliciedade e a inamovibilidade, e com a imparcialidade, ao estabelecer a irredutibilidade de vencimentos", pontuou Renata Gil, ao criticar o que considerou "rompantes políticos não-republicanos" que têm como objetivo pressionar a classe.

A nova presidente da AMB afirmou que a instituição manterá firme a atuação no STF para que a 'Lei da Impunidade' (Lei de Abuso de Autoridade) seja declarada inconstitucional. Ela ressaltou que o departamento Jurídico da AMB, cuja vice-presidente de Assuntos Jurídicos é a juíza Rosimere Couto, que também é vice-presidente de Saúde da Amagis, será reforçado para levar os questionamentos necessários nas cortes superiores e no CNJ. O desembargador mineiro Caetano Levi Lopes tomou posse como diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM).●



**Alberto Diniz e Renata Gil**



**Nelson Missias, Jayme Oliveira, Octávio Boccalini e Arthur Bernardes**



**Magistrados mineiros durante a posse**

## Relatório de Gestão ganha versão digital Publicação será distribuída exclusivamente pela internet

**Pela primeira vez, o relatório anual de gestão da diretoria da Amagis foi enviado aos associados exclusivamente por meio digital. O documento está disponibilizado no site da Associação, após ser distribuído por e-mail e pelo WhatsApp.**

Com a integração de mídias, o relatório traz ainda uma mensagem do

presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, aos associados, na qual ele pontua ações realizadas em seu primeiro ano de gestão, como a defesa da Magistratura, a importância da valorização do interior, a integração social da classe e as ações preventivas promovidas pela Amagis Saúde, entre outras.

O relatório anual de gestão é mais

uma forma de a diretoria da Associação garantir a transparência de suas ações, reunindo em um só documento todas as atividades realizadas ao longo do ano. Com esse mesmo propósito, a Assessoria de Comunicação da Amagis divulga mensalmente o 'Prestando Contas', além de publicar notícias diárias, e em tempo real, no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br).●

# Apac feminina é avanço na recuperação de condenadas

## Unidade recebeu o nome de Joaquim Alves de Andrade

FOTOS: TIAGO PARRELA



**Inauguração do Apac feminina no bairro Gameleira, em Belo Horizonte**

**O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, inaugurou, no dia 9 de dezembro, no bairro da Gameleira (Região Oeste), a Apac Feminina de Belo Horizonte, a primeira construída em uma capital. Com capacidade para receber até 142 recuperandas, a unidade recebeu o nome do saudoso desembargador Joaquim Alves de Andrade, um dos principais idealizadores e disseminadores da metodologia apaqueana.**

Nelson Missias ressaltou que a inauguração da Apac Feminina de Belo Horizonte é fruto do trabalho participativo e colaborativo com a sociedade civil organizada, que faz da metodologia apaqueana um sucesso, especialmente em referência aos baixos índices de reincidência. "A Apac BH se abre para acolher mulheres que terão assistência para sua reintegração social, podendo participar de cursos de formação profissional, que serão oferecidos pelo Sesi, em uma parceria que já vem se multiplicando pelo interior e que chega, agora, à capital", disse o presidente do Tribunal.

Para o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a inauguração representa um avanço no tratamento humanizado das mulheres que estão inseridas no sistema prisional. Alberto Diniz disse ainda que a home-

nagem ao desembargador Joaquim Alves de Andrade faz justiça à memória de quem dedicou sua vida à ressocialização dos apenados.

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis e juiz auxiliar da Presidência do TJMG, ressaltou o empenho do desembargador Joaquim Alves de Andrade para a disseminação das Apacs, levando uma mensagem de respeito e amor aos recuperandos.

Ao elogiar o sistema Apac, o vice-governador Paulo Brant, que prestigiou o evento, afirmou que o Governo de Minas apoia e incentiva a disseminação da metodologia apaqueana,

que, de acordo ele, é meio para substituir o modelo convencional. Também presente, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, ressaltou os altos índices de ressocialização da metodologia apaqueana, que alcança índices em torno de 90% de recuperação dos sentenciados.

Na ocasião, o TJMG concedeu a Medalha Jason Albergaria para o promotor Paulo Henrique Delicote, da Comarca de Patos de Minas, ao diretor de Comunicação Empresarial da Cemig, Marco Antônio Lage, e ao secretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, Murilo Andrade de Oliveira. ●



**Centro de Reintegração Social Joaquim Alves de Andrade**

# Amagis lança campanha de apoio ao Nutris

## Desconto em folha pode ser autorizado em qualquer valor

A Amagis lançou, em dezembro, campanha de apoio ao Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) e ao Núcleo de Arte e Cultura (NAC), que atendem, respectivamente, a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, e crianças e adolescentes de 6 a 16 anos.

A campanha teve início com a veiculação de encarte promocional sobre o Núcleo na última edição do jornal DECISÃO. O objetivo da iniciativa é angariar recursos financeiros ao Núcleo para que ele possa manter em dia as despesas de pagamento de pessoal e de manutenção do espaço.

Ainda em apoio ao Nutris, a Amagis promove regularmente ações que visam arrecadar fundos para a instituição. No dia 16 de dezembro, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz,

repassou ao presidente do Núcleo, Ronaldo Ribeiro, e à vice-presidente, Marlene Fernandes, um cheque no valor de R\$ 15.308,14. O recurso foi obtido com a renda do Bazar Beneficente, realizado pela Associação em novembro, e por parte da bilheteria da peça Pérolas do Tejo, por iniciativa do ator Carlos Nunes.

Além da contribuição com dinheiro, os interessados podem contribuir com a doação de materiais escolares, de limpeza e mantimentos utilizados na merenda dos alunos da Nutris e do NAC. Informações sobre quais itens os Núcleos necessitam podem ser obtidas com Maria Nilza pelo telefone (31) 3485-6035.

### HOMENAGEM

Criado em 1989, por iniciativa da saudosa pen-

FERNANDA MARQUES



Ronaldo Ribeiro, Marlene Fernandes e Alberto Diniz

sionista Lucinda Alvarez de Oliveira Leite, com o apoio da também pensionista Delenda de Farias Campos, o Nutris é reconhecido como o braço social da Magistratura mineira.

Esses 30 anos de dedicação às crianças e adoles-

centes do bairro Mariano de Abreu (Região Leste de BH), foram reconhecidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, com a entrega do Grande Colar de Mérito Legislativo Municipal. A honraria foi recebida pelo presidente do Núcleo, Ronaldo Ribeiro. ●

## COMO AJUDAR

É possível ajudar o Nutris de diversas formas, com doações de objetos, mantimentos e dinheiro. Para saber mais, entre em contato pelos telefones:

**No Nutris:** (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

**Na Amagis:** (31) 3079-3471

Agende uma visita para conhecer

a instituição pessoalmente! Para os magistrados, é possível autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do valor que desejar.

Esse recebimento mensal de doações é muito importante para a manutenção da instituição, pois traz previsibilidade de receita.

**Para autorizar o desconto em folha, basta preencher a ficha abaixo, escanear ou fotografar e enviar para financeiro@amagis.com.br. Ou recortar e enviar a ficha para Departamento Financeiro da Amagis Rua Albita, 194, - 3º andar - Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Cep: 30310-160**

## AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA

Eu, \_\_\_\_\_, magistrado(a) da Comarca de \_\_\_\_\_, autorizo o desconto mensal, em minha folha de pagamento, na importância de:

10% do salário mínimo { }  
 15% do salário mínimo { }  
 20% do salário mínimo { }  
 \_\_\_\_\_ %

Referente a minha contribuição para o Núcleo de Trabalho e Integração Social - NUTRIS

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

# Parque Esportivo é opção de lazer para as férias

## Associados em viagem por BH podem se hospedar no CAMT

IZABELA MACHADO



**Associados e familiares aproveitam a piscina do Parque Esportivo durante dia de sol**

**Os associados que não irão viajar nestas férias, ou aqueles que estejam de passagem pela capital mineira, têm no Parque Esportivo da Amagis uma ótima opção de lazer, cujo acesso é exclusivo para os magistrados e seus familiares.**

Localizado ao lado da sede da Amagis (Rua Albita 160), o Parque Esportivo dispõe de uma infraestrutura completa com piscina adulta e infantil, playground, salão de jogos, academia de ginástica, sauna, vestiário e duas quadras poliesportivas para a prática de basquete, vôlei e tênis.

Além dos dependentes dos magis-

trados, o grupo familiar vinculado ao associado titular e convidados podem frequentar o Parque Esportivo eventualmente. Entretanto, nos períodos de férias e feriados como Carnaval e Semana Santa, o acesso de visitantes pode ser reduzido.

### DESCONTO

Junto ao Parque Esportivo, ainda funciona o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT), cuja finalidade é atender aos magistrados do interior que estejam de passagem por Belo Horizonte. Em junho passado, a diretoria da Amagis

reduziu o valor da hospedagem no CAMT em 50%. A diária passou de R\$ 120,00 para R\$ 60,00.

O Centro de Apoio conta com 16 suítes, equipadas com TV, frigobar e mobiliário capaz de garantir o conforto dos hóspedes. Instalado no Parque Esportivo da Amagis, o espaço dispõe ainda de uma área de lazer com piscinas aquecidas, academia, quadra poliesportiva, sauna e um restaurante aberto ao público.

A hospedagem no CAMT é permitida aos associados titulares ou a pessoas identificadas, que estejam sob a responsabilidade deles.●

## CONVÊNIOS

● **Vila Campana – Hotel e Bem-Estar**  
Desconto de 5% para associados da Amagis no Vila Campana, hotel fazenda com serviços especializados e de excelência.

**Telefone:** [31] 3535-5186

**Endereço:** Rua: Antônio Dias, 85, Centro, Juatuba – MG

**Site:** vilacampana.com.br

● **Cultura Inglesa**

Desconto de 15% para os associados em todas as mensalidades na aquisição

de cursos de idioma e de 10% para os seus dependentes.

**Telefone:** [31] 3264 2555

**Endereço:** Rua dos Inconfidentes, 776, Savassi, Belo Horizonte – MG

**Site:** www.culturabh.com.br

● **Editora Revista dos Tribunais**

Descontos entre 10% a 80% para associados da Amagis na compra de livros.

**Telefone:** [11] 36138707

**Endereço:** Rua Bosque, 820, Barra Funda, São Paulo – SP

**Site:** livrariart.com.br

● **Mudanças e Transporte Louback Brasil**

Montagem, desmontagem de móveis e armazenamento sem ônus pelo período de 45 dias nas instalações da empresa em Belo Horizonte, caso o magistrado não tenha imóvel na cidade de destino.

**Telefone:** [31] 3388-2323

**Endereço:** Rua das Princesas, 375, Vila Oeste, Belo Horizonte – MG

# Caldas Novas tem alta de 55% na ocupação com uso do Airbnb

## Iniciativa visa aumentar a arrecadação com as Colônias de Férias

Em seis meses de uso do aplicativo Airbnb, a colônia de férias de Caldas Novas (GO) teve uma alta de 55% na sua taxa de ocupação. Considerado um projeto piloto, a iniciativa tem como objetivo avaliar a possibilidade de aumentar a arrecadação da Amagis com locação das estâncias recreativas.

Durante o período de baixa temporada, os usuários do Airbnb podem reservar um dos 14 apartamentos da Associação nos hotéis do grupo Di Roma pelo valor de R\$ 100,00. Para os magistrados, nesse mesmo período, a taxa é de R\$ 60,00 conforme tarifas promocionais estipuladas pela diretoria da Amagis. Na alta temporada, a diária é de R\$ 120,00.

Dezembro foi o mês com a maior procura dos apartamentos de Caldas Novas, com 47 reservas. Os imóveis para estadia nesse período foram disponibilizados após o sorteio de vagas entre os associados da Amagis. Com o uso do aplicativo, a colônia de Caldas Novas, onde há um grande número de

ROSANETUR



**Parque Aquático em Caldas Novas**

hotéis, atingiu lotação máxima em vários períodos de 2019.

### GRUPO FAMILIAR

Outra medida adotada pela diretoria da Associação, para aumentar a rotatividade nas colônias de férias, é o uso das unidades pelo grupo familiar dos magistrados. Nesse caso, a hospedagem está autorizada para

as cinco colônias da Amagis (Cabo Frio, Ubatuba, Nova Viçosa, Caxambu e Caldas Novas).

O grupo familiar do magistrado é formado pelo pai, mãe, filhos, enteados, netos, tutelados, curatelados, genros e noras do associado titular, devidamente cadastrados na Amagis. Todos precisarão de autorização do associado para frequentar a colônia. ●

# Inscrições para Semana Santa nas colônias estão abertas

## Prazo para participar do sorteio vai até o dia 27 de janeiro

**Os associados que desejarem passar a Semana Santa (7 a 13 de abril) em uma das colônias de férias da Amagis – Caxambu (Sul de Minas), Ubatuba (SP), Caldas Novas (GO), Cabo Frio (RJ) e Nova Viçosa (BA) – têm até o dia 27 deste mês para fazer sua inscrição e participar do sorteio das vagas.**

Para aqueles interessados nas tradições religiosas, a unidade de Caxambu pode ser uma boa opção. Durante a Semana Santa, são realizadas, na cidade, procissões e encenações que retratam a paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, como a Via Sacra e a Benção de Ramos.

Um ambiente tranquilo também pode ser encontrado na Colônia de Nova Viçosa, que é apontada como opção ideal para quem pretende descansar com os filhos peque-

nos, em função do espaço amplo e de sua ótima infraestrutura. Caldas Novas, com suas fontes de águas termais, é outra opção para quem pretende relaxar.

Os associados que procuram um pouco mais de agito podem optar pelas colônias de Ubatuba (litoral norte paulista) ou Cabo Frio (Região dos Lagos do Rio). A primeira cidade, além de belas praias, tem como atrativo o Parque Estadual da Serra do Mar. Já a segunda, combina o descanso no litoral com um passeio pela história do Brasil, por ser a sétima cidade mais antiga do País.

Ao realizar a inscrição, os interessados deverão optar por apenas uma unidade. No caso de Nova Viçosa, é necessário escolher casa ou apartamento. Mais informações podem ser obtidas Cácia Guedes pelo telefone (031) 3079-3459 ou pelo e-mail [cacia@amagis.com.br](mailto:cacia@amagis.com.br). ●

# Presidente do STF elogia medidas do TJ em Brumadinho e Mariana

## Dias Toffoli recebeu relatório das mãos de Nelson Missias

Em reunião com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, no dia 4 de dezembro, o ministro Dias Toffoli, presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elogiou as medidas adotadas pelo Tribunal mineiro após as tragédias Mariana e Brumadinho.

Na ocasião, Nelson Missias entregou para Dias Toffoli o relatório sobre todas as iniciativas do Judiciário mineiro nessas duas comarcas. A reunião foi realizada durante o encontro do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão do Conselho Nacional de Justiça.

“Em ambos os episódios, a despeito da comoção e da perplexidade causadas pelos acontecimentos, nos empenhamos em encontrar respostas céleres e efetivas. As medidas

RÔMULO SERPA/AGÊNCIA CJNI



Luiz Carlos, Nelson Missias, Dias Toffoli e Maria Tereza

– sejam no âmbito de decisões judiciais, na conciliação processual e pré-processual, na capacitação das equipes e nas cooperações interinstitucionais – foram de natureza múltipla, como exigiam os problemas”,

afirmou Dias Toffoli.

A reunião, da qual participou o vice-presidente Administrativo da Amagis, Luiz Carlos Rezende e Santos, aconteceu a convite da conselheira Maria Tereza Uille Gomes.●

# Coral da Amagis participa de Cantata de Natal na ALMG

## Apresentação reuniu cerca de 300 vozes na Assembleia

Unido a mais 23 corais e cerca de 300 vozes, o Coral da Amagis participou, no dia 4 de dezembro, da 13ª edição da Cantata de Natal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que marcou o início das comemorações dos 300 anos de Minas Gerais, que será celebrado em 2 de dezembro deste ano.

O Coral da Amagis é composto por 20 integrantes e é regido pela maestrina Ingrid Hollerbach. Os ensaios são às terças e quartas-feiras, às 19h30, no Salão de Festas da Amagis. As pessoas interessadas em fazer parte do gru-

po devem comparecer em um dos dias de ensaio para saber como participar.

De acordo com o desembargador aposentado Guilherme Luciano Baeta Nunes, neste ano, o coral pretende realizar apresentações com contribuições revertidas para o Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris).

Em 14 de dezembro, foi a vez de o TJMG emocionar os belo-horizontinos com a sua 6ª Cantata de Natal, realizada nas escadarias do Palácio da Justiça [prédio histórico do Tribunal]. A apresentação contou

FLÁVIA BERNARDO/ALMG



Cantata de Natal na ALMG

com a participação de 300 crianças e jovens do Coral Infante-juvenil e da Orques-

tra Jovem da Coordenadoria da Infância e da Juventude [Coinj], do Tribunal.●

# Betim ganha nova vara

## Instalação faz parte do Planejamento Estratégico do TJMG

TIAGO PARRELA

O TJMG instalou no dia 19 dezembro, na Comarca de Betim (Grande BH), a Vara Empresarial, da Fazenda Pública, de Registros Públicos e de Acidentes do Trabalho, beneficiando o município que um é dos principais polos industriais de Minas Gerais.

Para o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que participou da solenidade, a instalação da nova vara, além de favorecer o jurisdicionado, representa também a valorização da Magistratura. "A Amagis reconhece essa importante iniciativa, pois está em acordo com nossas pautas de melhoria das condições de trabalho da Magistratura e aperfeiçoamento do Judiciário", afirmou.

De acordo com o superintendente adjunto administrativo do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, a instalação da nova vara faz parte



**Autoridades em solenidade de instalação da nova vara de Betim**

do planejamento estratégico do TJMG e tem como objetivo atender à crescente demanda da comarca, agilizando a distribuição de Justiça à comunidade.

O diretor do foro da Comarca de Betim, juiz Carlos Márcio de Souza Macedo,

ressaltou que a instalação da nova vara contribuirá para melhorar a prestação jurisdicional da Comarca, permitindo ao Judiciário dar uma resposta mais rápida à sociedade. O prefeito de Betim, Vittorio Mediolli, prestigiou o evento. ●

### SIGA A AMAGIS NA REDE...



[facebook.com/amagis](https://facebook.com/amagis)



[twitter.com/amagisMG](https://twitter.com/amagisMG)



[instagram.com/amagismg](https://instagram.com/amagismg)



(31) 99778-3177

### Amagis cria WhatsApp para agendamento de consultas na sede da Associação

Pelo número de WhatsApp (31) 99778-3177, os associados podem marcar, desmarcar e reagendar consultas com os médicos do Programa Amor à Vida, com o clínico geral e com os dentistas que atendem na sede da Amagis. O atendimento nesse número é exclusivo para essas finalidades, de segunda a sexta, de 8h às 17h.

# DE COMARCA EM COMARCA

- O juiz Carlos Juncken Rodrigues foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Abre Campo para a 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Nova Serrana
- Rachel Cristina Silva Viégas, 113ª Juíza de Direito Substituta, que respondia pelas Comarcas de Abaeté e Morada Nova de Minas (varas únicas), foi promovida, por antiguidade, para a 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Nova Serrana
- Matheus Pinter Cardoso, 17º Juiz de Direito Substituto, foi promovido, por merecimento, para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Araçuaí
- David Miranda Barroso, 8º Juiz de Direito Substituto, foi promovido, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca Mantena
- Gustavo Cesar Sant'Ana foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível da Comarca de Unaí para o Juizado Especial da Comarca de Passos [Unidade Jurisdicional Única]
- Fernanda Campos de Lana Alves, 24ª Juíza de Direito Substituta, que respondia pelas 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais e 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Esmeraldas foi promovida, por antiguidade, para 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da mesma comarca
- Ricky Bert Biglionne Guimarães foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal, da Infância e da Juventude e do Juizado Especial Cível da Comarca de Manhumirim para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Esmeraldas
- Jorge Arbex Bueno, 90º Juiz de Direito Substituto, foi promovido, por antiguidade, para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araçuaí
- Cleiton Luís Chiodi foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Capelinha para a 1ª Vara Cível, Criminal e da Juventude da Comarca de João Pinheiro
- Saulo de Freitas Carvalho Filho foi promovido, por antiguidade, da Vara Única da Comarca de Mar de Espanha para o Juizado Especial da Comarca de Santos Dumont [Unidade Jurisdicional Única]
- Claudio Roberto Domingues Junior foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível da Comarca de Unaí para a Vara de Família e Sucessões da Comarca de Itaúna
- Sônia Maria Fernandes Marques foi removida, por antiguidade, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Bocaiúva para Juizado Especial da mesma comarca [Unidade Jurisdicional Única]
- Vivian Lopes Pereira de Figueiredo foi removida, por antiguidade, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Bocaiúva para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da mesma comarca
- Rodrigo Kuniochi, 69º Juiz Direito Substituto, que respondia pela Vara única da Comarca de Espinosa, foi promovido, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Bocaiúva

Inscriva-se na lista de  
**WhatsApp** ou **Telegram**  
da Amagis para receber  
informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



# CNJ homenageia vice da Amagis

## Luiz Carlos foi reconhecido por sua atuação no sistema prisional

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, foi homenageado pelo CNJ, no dia 12 de dezembro, durante a comemoração dos dez anos do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.

O diploma foi dado em reconhecimento ao magistrado pelos serviços prestados na implementação de direitos das pessoas em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional e do sistema de medidas socioeducativas. A entrega aconteceu em cerimônia realizada na sede do CNJ, em Brasília. O presidente do STF e do Conselho, ministro Dias Toffoli, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, e o corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins participaram da solenidade.

Luiz Carlos Rezende e Santos é juiz



**Luiz Carlos recebe diploma em homenagem realizada no CNJ**

da Vara de Execuções Penais da Comarca de Belo Horizonte e, desde o início de sua carreira, teve a atuação ligada aos assuntos penitenciários e à execução penal. Atualmente, ele é coordenador do Grupo Superando Fronteiras [Fun-

dação AVSI/CNBB] para expansão das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados [Apacs] em território nacional e juiz auxiliar da Presidência do TJMG para consolidação e ampliação do método Apac em Minas Gerais.●

# TRT-MG tem nova diretoria

## Desembargador José Murilo de Moraes foi empossado presidente

A nova diretoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) tomou posse, no dia 16 de dezembro, para o biênio 2020/2021. Os presidentes da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e do TJMG, Nelson Missias de Moraes, participaram da cerimônia realizada no Teatro Francisco Nunes.

O desembargador José Murilo de Moraes assumiu a Presidência do TRT-MG, o desembargador Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, a 1ª vice-presidência, e a desembargadora Camilla Guimarães Pereira, a 2ª Vice-presidência. A Corregedoria e Vice corregedoria ficaram a cargo, respectivamente,

das desembargadoras Ana Maria Amorim Rebouças e Maristela Iris da Silva Malheiros.

O novo presidente do TRT-MG disse que, em sua administração, atuará na concepção original do servidor público, ou seja, na acepção de servir ao público. "Para isso, eu pretendo criar um ambiente saudável para que os servidores deste Tribunal possam de fato exercer suas funções. Dessa forma, criaremos um ambiente mais sadio, em que as pessoas vão trabalhar com mais vontade e suprindo a deficiência de servidores", disse.●

ARQUIVO PESSOAL



**MagisCultura** - Colaborador da revista MagisCultura Mineira, o desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG, entregou ao escritor mineiro Ruy Castro, radicado no Rio de Janeiro, um exemplar do 21º número da publicação. Nessa edição, a revista traz o artigo 'Mineiro, Carioca e Bossa Nova' sobre a vida e obra de Ruy Castro, de autoria de Medeiros. O encontro ocorreu no dia 3 de dezembro, em BH, durante o lançamento do novo livro de Ruy Castro, 'Metrópole à Beira-Mar - o Rio moderno dos anos 20'. A 21ª edição da MagisCultura faz uma homenagem ao Grupo Corpo, criado em 1975. A companhia estreou no ano seguinte com o espetáculo Maria Maria.●

# Luís Fernando de Oliveira



AMAGIS

**C**om um concurso rigoroso, o que se espera inicialmente dos ingressos na Magistratura mineira é um domínio teórico da legislação. Entretanto, como observou, o juiz Luís Fernando de Oliveira Benfatti, auxiliar da 2ª Vice-presidência, somente isso é insuficiente para ser um bom juiz. É, pois, para aprimorar sua formação que, durante três meses, os novos juízes substitutos participam do Curso de Formação Inicial da Escola Judicial Edésio Fernandes.

## ***A formação proporcionada nos cursos de Direito é suficiente para que os bacharéis assumam a Magistratura?***

É importante observar que as faculdades não têm a obrigação de formar juízes e sim juristas. E o jurista pode ser advogado, seguir na academia ou em uma carreira pública que não seja a Magistratura. Portanto, é nesse sentido que se faz necessário o aprimoramento daqueles que ingressam na carreira. Há também o aspecto individual na formação, quando a pessoa se sente vocacionada para a Judicatura e vai direcionar seus estudos para a carreira na Magistratura.

## ***Como as faculdades não formam para a Judicatura, qual o grau de preparação de quem ingressa na Magistratura para assumir a carreira?***

É preciso levar em consideração que é realmente muito difícil. Para termos uma ideia, foram feitas mais de 14 mil inscrições para esse último concurso, sendo que apenas 102 candidatos foram aprovados, dos quais 70 foram empossados. Exige-se dos candidatos um alto grau de conhecimento da matéria do Direito. Por isso, aqueles que ingressam na carreira são pessoas extremamente preparadas para exercer a Judicatura. Entretanto, uma vez que não há nas faculdades uma formação específica para a carreira, é preciso aprimorar os conhecimentos no Curso de Formação Inicial promovido pela Escola Judicial Edésio Fernandes (Ejef).

## ***Uma disciplina nas faculdades sobre a Judicatura supriria parte da formação?***

Não sei se uma disciplina voltada para Judicatura seria interessante ou até mesmo se cumpriria o seu papel formativo de acordo com a realidade do Poder Judiciário. Precisamos levar em conta que, para ser magistrado, é preciso de uma série de habilidades, e que, provavelmente, uma disciplina não teria tempo suficiente para aprofundar. O curso da Ejef, por exemplo, tem 450 horas aula.

## ***Quais habilidades, por exemplo, um candidato deve apresentar no concurso?***

Naturalmente, ele precisa ter domínio da lei. Na primeira fase, os candidatos realizam uma prova objetiva. Superada essa etapa, eles fazem uma prova discursiva na qual, inclusive, elaboram sentenças. Por fim, é realizada a prova oral na qual é exigido responder, diretamente à banca examinadora, as questões que lhe são apresentadas. É um momento muito importante, pois demonstra o quanto a pessoa está preparada, pois ele precisa dar uma resposta imediata, rápida, apresentando domínio sobre a matéria. Não basta decorar os códigos, é preciso preparo para encarar esse momento, que é muito difícil.

## ***Em linhas gerais, quais conteúdos são abordados pela Ejef no Curso de Formação Inicial?***

Além da parte teórica, para a qual os novos juízes já se mostraram capacitados, é importante que a parte prática, a rotina do Judiciário, seja aprimorada no Curso de Formação Inicial. É fundamental que, ao ingressarem na carreira, os magistrados, por exemplo, conheçam melhor o dia a dia do cartório, das varas, audiências e tribunais do júri. Hoje, é necessário que os juízes sejam líderes, estejam prontos para chefiar suas equipes. Por isso, a Ejef também os está preparando para a gestão de pessoas, de processos.

## ***Na avaliação do senhor, quais qualidades deve ter um bom magistrado?***

Além do cumprimento da lei, que, por si só, é primordial, é necessário, aos magistrados, ética e humanismo, para que tenha sensibilidade de resolver os conflitos entre as partes da maneira mais adequada. Essas duas características são importantes para que o juiz tenha mais condições de encarar o Direito e melhor aplicá-lo conforme o caso concreto. ●

# O DIREITO PENAL DO OBJETO

## Encarceramento em massa precisa ser repensado no País

GUSTAVO CÂMARA CORTE REAL\*

Em 1942 o criminologista britânico Hermann Mannheim predisse que “*os dias do aprisionamento como método de tratamento em massa de infratores da lei acabaram*”. Poucas décadas depois, o mundo pós-industrial observava, passivamente, um aumento exponencial de sua população carcerária. A experiência brasileira não foi diferente. O País vem gradativamente incorporando, em seu sistema penal, um ideal de abandono da política reabilitadora da pena, com forte retorno ao encarceramento em massa. O País passou a adotar, desde 2006, uma codificação em relação ao combate ao narcotráfico que contribuiu decisivamente para o aumento do

reclusão]. A partir desses elementos, conclui-se que a punição envolve, além do mero caráter dissuasivo e incapacitante, um verdadeiro diálogo através da personificação de símbolos e rituais aflitivos. Acaba-se penalizando um objeto e não um sujeito. A punição é dirigida a um perfil e não a um indivíduo, em uma clara estrutura de objetivização.

Essa discussão vai muito além daquela entre o Direito Penal do Fato e do Autor. Quando se fala em Direito Penal do Fato, restringe-se a análise conclusiva sobre o processo aos fatos que foram narrados e, eventualmente, comprovados. Afasta-se a condição do sujeito nesse processo punitivo, garantindo-lhe, assim, um julgamento

verização das relações de emprego, com ênfase na temporalidade e transitoriedade (em um crescente movimento de *uberização* da economia pós-industrial).

Com efeito, a própria prisão moderna foi concebida, em sua origem, como uma forma de conter “vagabundos” e “ociosos” (os *marginais urbanos* do séc. XVIII) como bem define David J. Rothman na clássica obra *The Discovery of the Asylum*. O objetivo não era reprimir a prática de crimes, mas sim lidar com uma crescente população de “inadequados sociais”, em especial os “sem trabalho”.

Em ambas as experiências (séc. XVIII ou XXI), tenta-se desesperadamente conter uma massa de indivíduos em estado de não conformidade com a ordem socioeconômica vigente. Ocorre que esse imaginário permanece até os dias atuais. A figura do “vagabundo” foi substituída pelo “traficante”, justamente o indivíduo com as características étnico-raciais já apontadas.

Deve-se, assim, repensar o papel da prisão enquanto principal método

**“O DIREITO PENAL DO OBJETO, POR OUTRO LADO, COMPREENDE O ESTADO PENAL COMO INTEGRANTE DE UM SISTEMA MUITO MAIS AMPLO DE CONTROLE. REINSERE O APARATO PUNITIVO (CORTES JUDICIAIS, POLÍCIA E PRISÃO) NA DISCUSSÃO SOCIOLÓGICA, NÃO MERAMENTE PENAL”**

**“DEVE-SE, ASSIM, REPENSAR O PAPEL DA PRISÃO ENQUANTO PRINCIPAL MÉTODO PUNITIVO, AFASTANDO-SE DO IDEAL EXISTENTE DE QUE SE TRATARIA, UNICAMENTE, DE UMA FORMA DE CONTENÇÃO DE CRIMINALIDADE”**

número de presos (passamos de uma população carcerária de 361 mil, em 2005, para 841 mil, em 2018).

As estatísticas relativas a esse sistema mostram que as prisões brasileiras são ocupadas por um grupo particular e bem definido: homens (75%), jovens (74% até 34 anos), com características étnico-raciais circunscritas (em sua grande maioria negros e pardos), baixíssima escolaridade (apenas 9% possuem o ensino médio completo; o ensino superior menos de 0,3%) e situação profissional precária (apenas 5,5% são segurados da previdência e fazem jus ao recebimento de auxílio

propriamente *justo*. Tenta se afastar, em especial, os antecedentes e a sua condição pessoal.

O Direito Penal do Objeto, por outro lado, compreende o estado penal como integrante de um sistema muito mais amplo de controle. Reinsere o aparato punitivo (cortes judiciais, polícia e prisão) na discussão sociológica, não meramente penal. A prisão não é compreendida somente como uma ferramenta de contenção, mas sim de controle. Como define Loïc Wacquant, de uma “*marginalidade urbana avançada*”, fruto de uma fragmentação simbólica do trabalho remunerado, de uma pul-

punitivo, afastando-se do ideal existente de que se trataria, unicamente, de uma forma de contenção de criminalidade, mas sim de um instrumento de incapacitação de um grupo específico, os *marginais urbanos*, excluídos de um processo produtivo cada vez mais exigente, restrito e fator de insegurança social. A defesa, portanto, é pela abordagem de um Direito Penal do Sujeito e não meramente objetivador. ●

[\*] Juiz Auxiliar da Comarca de Vespasiano (Grande BH). Mestre em Direito Comparado pela Cumberland School of Law, Samford University, EUA



ELIFAS ANDREATO

## BAÚ DE ACORDES

## Noel Rosa em BH

**Tiago Parrela** - O livro "Noel Rosa - uma biografia", dos autores João Máximo e Carlos Didier, traz o maior relato da vida e obra do Poeta da Vila: suas histórias, lendas, artistas, personagens com quem conviveu, tendo como pano de fundo o Brasil e o Rio de Janeiro, sua cidade natal, dos anos de 1834 a 1937.

Uma das histórias presentes no livro relata a passagem do músico por Belo Horizonte, quando esteve na capital mineira para tratamento da tuberculose, hospedando-se na casa da tia Carmen. Recomendações são o repouso e descanso, afastando-se da boemia, dos botecos e estações de rádio, mas é o que, de fato,

Noel encontrou na capital mineira.

Na capital mineira, Noel encontrou muitos parceiros de copo e noitada, vagando pela cidade atrás de serestas e rodas, escondido dos cuidados da tia. Em Belo Horizonte descobre a Rádio Mineira, em pleno centro da cidade onde fez muitos amigos. Em BH compôs "João Ninguém", "Belo Horizonte", "Atchin" [essa para concurso de marchinhas de Carnaval do Jornal Folha de Minas, de 1935].

As incursões de Noel incluíam idas às ruas Guaicurus, Diapoque e à antiga Avenida do Comércio (hoje Santos Dumont), que formavam a antiga zona boêmia de Belo Horizonte. A Praça da

Liberdade e as serestas românticas faziam parte do roteiro do artista. Em frente à igreja da Boa Viagem, durante serenata, compôs "Yolanda", samba feito para uma moça de mesmo nome.

Em entrevista ao jornal O Debate, em 9 de março de 1935, Noel Rosa sintetiza "A alma do samba". Segundo o músico, "ninguém sabe como o samba nasceu". "Ele foi um dia descoberto na rua e aperfeiçoado" - acrescentou ainda: "O certo, porém, é que o samba foi inspirado no pisar da morena carioca", disse o compositor. Em 11 de dezembro, celebrou-se o 109º aniversário do músico que faleceu aos 26 anos e deixou quase 250 canções escritas. ●

## AGENDA CULTURAL

## MÚSICA

## ● FÁBIO JR.

Data: 25 de janeiro

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I, R\$ 200 [inteira] e R\$ 100 [meia]; plateia II, R\$ 160 [inteira] e R\$ 80 [meia]; plateia superior, R\$ 120 [inteira] e R\$ 60 [meia]. Esses valores são para o primeiro lote de ingressos.\*  
Informações: (31) 3236-7400

## ● LOBÃO ELÉTRICO

Data: 7 de fevereiro

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I, R\$ 180; plateia II, R\$ 140; plateia superior, R\$ 100\*  
Informações: (31) 3236-7400

## ● RENAISSANCE E CURVED AIR

Data: 22 de março

Horário: 19h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I, R\$ 300; plateia II, R\$ 280; plateia superior, R\$ 250\*  
Informações: (31) 3236-7400

## ● KISS - END OF THE ROAD

Data: 19 de maio

Horário: 21h

Local: Estádio Municipal Parque do

## Sabiá [Uberlândia]

Ingressos: pista premium 1º lote

R\$ 600 [inteira] e R\$ 300 [meia];

pista Premium 2º lote, R\$ 700

[inteira] e R\$ 350 [meia]; pista

1º lote, R\$ 300 [inteira] e R\$ 150

[meia]; pista 2º lote, R\$ 400 [inteira]

e R\$ 200 [meia]; camarote open bar,

1º lote, R\$ 700; camarote open bar

1º lote, R\$ 800; arquibancada 1º

lote, R\$ 250 [inteira] e R\$ 250 e

R\$ 125 [meia]; arquibancada 2º lote,

R\$ 300 [inteira] e R\$ 150 [meia]

Informações:

ingressorapido.com.br

## TEATRO

## ● E AINDA ASSIM SE LEVANTAR (CIA. LUNA LUNERA)

Data: 24 a 21 de janeiro

Horário: 20h

Local: Centro Cultural Minas Tênis

Clube

Ingressos: R\$ 30 [inteira] e

R\$ 15 [meia]

Informações:

centroculturaminastc.com.br

## ● O PIROTÉCNICO ZACARIAS (GIRAMUNDO)

Data: 1 a 2 de fevereiro

Horário: 21h [sábado] e 20h

[domingo]

Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 30 [inteira] e R\$ 15 [meia]

Informações:

centroculturaminastc.com.br

## ● DE TEMPOS SOMOS (GRUPO GALPÃO)

Data: 7 e 8 de fevereiro

Horário: 21h

Local: Centro Cultural Minas Tênis

Clube

Ingressos: R\$ 20 [Sinparc] e R\$ 42

[Teatro - inteira]

Informações:

centroculturaminastc.com.br

## ● PETER PAN

Data: 15 a 16 de fevereiro

Horário: 16h

Local: Centro Cultural Minas Tênis

Clube

Ingressos: R\$ 19 [Simparc] e R\$ 44

[Teatro - inteira]

Informações:

centroculturaminastc.com.br

## CINEMA

## ● ADORÁVEIS MULHERES

Estreia: 9 de janeiro

Local: Cinemark

Informações: cinemark.com.br

## PENSAMENTO JURÍDICO

### Regras Eleitorais

Apesar da intensa movimentação e várias tentativas, o Congresso Nacional não conseguiu mudar as regras para as eleições de 2020. Porém, as alterações aprovadas em 2017 passam a valer para o próximo pleito. Quais são essas alterações e quais os impactos? Para falar sobre essas mudanças, convidamos o desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, presidente do TRE-MG. [Foto]



### Perfis Criminais

Por meio da ciência, especialmente da psicologia, é possível entender o comportamento violento e identificar potenciais criminosos. Pode-se encontrar ferramentas para definir quem cometeu um crime? Como é o cérebro de um indivíduo violento? Entrevistamos a juíza Daniela de Freitas Marques, do TJMMG, que nos contou como funciona essa técnica e sua aplicação na prática.

### Novos juízes

No mês de agosto, 70 bacharéis em Direito tomaram posse como juízes substitutos em Minas Gerais com a missão de ampliar a prestação jurisdicional no Estado. O que é preciso para ser um bom juiz? Basta cumprir a lei? Qual o perfil dos novos juízes? Para falar sobre esse tema, convidamos o juiz Luís Fernando de Oliveira Benfatti, auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJMG.

### Turmas Recursais

As Turmas Recursais têm a função de julgar os recursos contra decisões proferidas pelos Juizados Especiais. Como são compostas as Turmas Recursais e como acessá-las? Quais as suas principais demandas? Para explicar mais sobre o funcionamento destas turmas, convidamos o juiz Francisco Ricardo Sales Costa, presidente da Turma Recursal de Belo Horizonte, Betim e Contagem.

**TV JUSTIÇA** Sábado, às 12h [Canais 7, 117, 901 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

## VIA JUSTIÇA

### Justiça Restaurativa

Em funcionamento desde 2005 no Brasil, a prática da Justiça Restaurativa tem se consolidado como uma nova forma de resolução de conflitos. Para falar mais sobre este método, convidamos a desembargadora Hilda Teixeira da Costa, coordenadora do Projeto de Justiça Restaurativa do TJMG, e a juíza Riza Nery, da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. [Foto]



### Justiça Pela Paz em Casa

Para promover ações de prevenção e combate à violência doméstica contra a mulher, o Judiciário realizou a 15ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em novembro. Nossas convidadas são a juíza Maria Aparecida Consentino, do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Belo Horizonte, e a socióloga Elizabeth Fleury, ativista do Movimento Quem Ama Não Mata.

### Entrega Legal

Buscando reduzir o número de abandono de crianças, o Judiciário mineiro lançou em outubro deste ano, o programa Entrega Legal. Convidamos a desembargadora Valéria da Silva Rodrigues Queiroz, idealizadora do Entrega Legal, e a defensora pública Elisa Schroder Alves César, coordenadora da Defensoria Especializada de Infância e Juventude, que nos falaram sobre o projeto.

### Divórcio

O Via Justiça relembrou a história do divórcio no Brasil, sua evolução e impactos sociais. Em 2019, a lei que acabou com a limitação de apenas um divórcio por pessoa completa 30 anos. Para discutir o assunto, convidamos o juiz Paulo Gastão de Abreu, da 10ª Vara de Família de Belo Horizonte, e o advogado José Roberto Moreira Filho, que é presidente do IBDFAM-MG. [Reprise]

**TV JUSTIÇA** Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]  
**TV COMUNITÁRIA** Sexta-feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]

# Médicos atendem mais de 160 associados por mês na Amagis

## Consultas podem ser marcadas por telefone, e-mail ou WhatsApp

**Mais de 160 associados, incluindo seus dependentes, são atendidos a cada mês no ambulatório instalado na sede da Associação. As consultas são gratuitas e as especialidades oferecidas são odontologia, clínica médica, endocrinologia, cardiologia, geriatria, psiquiatria e nutrição.**

As consultas odontológicas são realizadas com os cirurgiões dentistas Jásílio Vilela e Karla Margareth Perez, e a clínica geral, pelo médico Rogério Caldeira. Todos os três são contratados pela Amagis. Os outros especialistas atendem pelo programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, cujo trabalho integrado possibilita aos médicos uma análise completa do quadro clínico do paciente.

Mesmo sendo localizado em Belo Horizonte, o atendimento oferecido pela Amagis, na sede da Associação, atrai magistrados como a juíza Regina Célia Silva Neves, da Comarca de Itaúna, que, quando está de férias ou tira

TIAGO PARRELA



**Atendimento odontológico na sede da Associação**

uma compensação, viaja para ser atendida pelos dentistas da Amagis.

De acordo com a magistrada, que atualmente é atendida pela cirurgiã dentista Karla Margareth Perez, a qualidade do serviço prestado e a recepção oferecida aos magistrados no ambulatório da Amagis são motivos suficientes para deslocar-se por 87 quilômetros, numa viagem que dura

cerca de 1h30. Para Regina Célia, a iniciativa da diretoria é muito positiva, razão pela qual muitas consultas são realizadas por mês.

A marcação de consultas pode ser feita pelo telefone (31) 3079-3472, pelos e-mails margarete@amagis.com.br ou angelicacouto@amagis.com.br, e pelo número de WhatsApp (31) 99778-3177.●

## ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

AMAGIS



**Angélica Couto e Margarete Rosaria de Freitas**

**Setor médico e odontológico** – Com dois cirurgiões dentistas, um médico clínico, um fisioterapeuta, além dos especialistas do programa Amor à Vida, esse setor da Amagis Saúde é organizado pelas colaboradoras Margarete Rosaria de Freitas e Angélica Couto. Elas são responsáveis por receber os pacientes no consultório, direcioná-los para as consultas e esclarecer suas dúvidas. Apoiam no atendimento odontológico. Controlam a agenda das consultas. Gerenciam os e-mails e as mensagens de Whatsapp confirmando as consultas. O programa Amor à Vida conta com cardiologista, endocrinologista, fisioterapeuta, geriatra, nutricionista e psiquiatra, todos vinculados à Amagis Saúde.●



**PRESIDENTE**  
 Desembargador Alberto Diniz Junior

**SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS**

**DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:**  
**Vice-presidente de Saúde**  
 Juíza Rosimere das Graças do Couto  
**Diretor de Saúde**  
 Desembargador Edison Feital Leite  
**Diretora Financeira**  
 Juíza Flávia Birchal

**Conselho Gestor:**  
**Segunda Instância**  
 Geraldo Domingos Coelho  
 Marco Aurélio Ferenzini

**Suplentes**  
 Valéria da Silva Rodrigues Queiroz  
 Edison Feital Leite  
**Juízes da Capital**  
 Flávia Birchal de Moura  
 Kenea Marcia Damato de Moura Gomes  
**Suplentes**  
 Clayton Rosa de Resende  
 Guilherme Azeredo Passos  
**Juízes do Interior**  
 Dalton Soares Negrão  
 Fábio Torres de Sousa

**Suplentes**  
 Marcos Alberto Ferreira  
 Marcelo Carlos Cândido  
**Aposentados**  
 Ana Maria de Oliveira Froes  
 José Maria dos Reis  
**Suplentes**  
 José Nicolau Masseli  
 Paulo Mendes Álvares  
**Ouvidora da Amagis Saúde**  
 Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

**Coordenador de Comunicação:**  
 Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008  
**Jornalistas:**  
 Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441  
 Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188  
 Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634  
 Izabela Machado · Mtb - MG: 11210  
**Projeto Gráfico:** Agência Graffo  
**Diagramação:**  
 Publicare Design  
**Pré-impressão/Impressão:**  
 Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: (31) 3079-3499  
 e-mail: imprensa@amagis.com.br - [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

# Janeiro também é mês de check-up

Aniversariantes desse período já podem fazer uso do benefício

**Em pleno verão e com férias escolares, as pessoas costumam aproveitar o mês de janeiro para viajar com a família. Um passeio bem planejado não deve incluir somente um bom roteiro, cuidados com a locomoção e hospedagem, mas também precauções com a saúde.**

Nesse período, cuidados simples, como o uso de protetor solar e evitar a exposição ao sol entre 10 horas e 16 horas, podem ajudar a evitar problemas de pele. Uma alimentação leve e evitar o consumo de bebidas alcoólicas são outras medidas que podem garantir ao viajante um passeio tranquilo.

Os usuários da Amagis Saúde, com 35 anos ou mais e que fazem aniversário em janeiro, têm ainda a possibilidade de realizar gratuitamente o check-up oferecido pelo plano, seja antes de viajar ou no retorno, pois o dia dos exames é marcado conforme a disponibilidade do associado.

No programa Check-up, o associado passa por uma bateria de exames completa, capazes de diagnosticar inclusive doenças assintomáticas, como no caso do juiz Leonardo Passafaro, que, mesmo com acompanhamento médico, descobriu, ao realizar

o check-up, que uma de suas carótidas estava entupida em 80% e passou por um procedimento cirúrgico para solucionar o problema.

Para agendar o Check-up, os magistrados devem entrar em contato com os prestadores de serviço informados na carta enviada aos aniversariantes. Os associados do interior devem ligar para a Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3499, ramal 3407, ou pelo e-mail [checkup@amagis.com.br](mailto:checkup@amagis.com.br), para se informar sobre qual credenciado poderá melhor atendê-lo. ●



Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:  
[www.amagissaude.com.br](http://www.amagissaude.com.br)



## Amagis Saúde tem ano positivo

### Prevenção, benefícios e aprimoramento qualificam o plano

Com a reunião extraordinária do dia 6 de dezembro, na qual foram tratados assuntos administrativos e de interesses dos usuários do plano, o Conselho Gestor de Saúde realizou seu último encontro de 2019, ano que foi considerado positivo para a Amagis Saúde.

Além dessa pauta, o Conselho Gestor de Saúde tem entre suas competências avaliar e incentivar o aprimoramento do plano, da rede credenciada, promover políticas de prevenção e fomentar o uso da Amagis Saúde por meio de incentivo aos associados.

Observada essas competências, durante 2019, a Amagis Saúde promoveu campanhas preventivas como a da vacinação contra a gripe, do Setembro Amarelo, Outubro Rosa e do Novembro Azul. O Programa Check-up foi renovado, garantindo que os usuários da Amagis Saúde possam fazer, no mês de aniversário, uma bateria completa de exames, reforçando os cuidados com a prevenção da saúde.

Com relação aos benefícios oferecidos aos usuários, o plano celebrou convênio com as redes de farmácia, Droga Raia e Drogasil, pelo qual são concedidos benefícios. Os descontos são a partir de 25% na compra de remédios genéricos tar-

GEORGIA BACVAROFF



Conselho Gestor de saúde reunido na sede da Amagis

jadados e de 15% para medicamentos de marca tarjados. Para ter direito aos descontos, o usuário do plano deve apresentar a carteira da Amagis Saúde no ato da compra.

A rede credenciada, que é constantemente atualizada, passou a contar com o Mater Dei Betim-Contagem, na Grande BH, inaugurado em janeiro. Na sede da Associação, o atendimento odontológico foi ampliado com a contratação pela Amagis da cirurgiã dentista Karla Margareth Perez de Carvalho.

No que se refere ao atendimento aos associados, a equipe da Ama-

gis Saúde participou de palestras e seminários a fim de aprimorar os serviços prestados, e a Ouvidoria da Amagis Saúde recebeu o certificado Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsmen.

A ação mais recente foi a autorização do Conselho Gestor de Saúde, em novembro último, para que sobrinho e sobrinha neto de magistrado titular da Amagis Saúde possam ser incluídos como agregados do plano. Essa medida atende à solicitação de associados, amplia e renova a carteira de usuários da Amagis Saúde. ●

## DICAS AMAGIS SAÚDE

### DESMARCAÇÃO DE CONSULTA

#### Qual o prazo para a desmarcação de uma consulta?

O ideal é que as consultas sejam canceladas com o máximo de antecedência possível ou, no mínimo, com um dia antes do horário marcado. Caso o motivo do cancelamento ocorra de última hora, é importante avisar assim mesmo.

#### Por que é importante desmarcar uma consulta?

Com o horário disponível, outro associado que possa estar precisando consultar o médico pode ser atendido sem ter que esperar muitos dias para isso. E, caso o horário não seja preenchido, o paciente seguinte ao horário

desmarcado poderá ser consultado mais cedo.

#### As marcações e desmarcações podem ser feitas pelo whatsapp da Amagis Saúde?

O serviço de marcação de consultas pelo WhatsApp (31) 99772-3177 só é válido para o agendamento de consultas com os cirurgiões dentistas e o médico clínico que atendem no ambulatório na sede da Amagis, e para os médicos da equipe do Amor à Vida. A Amagis Saúde não faz agendamento de consultas com os médicos e prestadores de serviços de sua rede credenciada. ●